



Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU), e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes (CDU), e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Paulo Alexandre da Cruz Lopes (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) e Sandra Marina Lopes Frota Gomes (PS).

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício (CDU) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de julho de 2021**
  - 2. Deliberação n.º 188/2021 – Proposta n.º 34/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Frei Pedro Lagarto 2A, em Setúbal**
  - 3. Deliberação n.º 189/2021 – Proposta n.º 35/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Teodósio Rodrigues de Faria, na Quinta do Hilário, em Setúbal**
  - 4. Deliberação n.º 190/2021 – Proposta n.º 36/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal**
  - 5. Deliberação n.º 191/2021 – Proposta n.º 37/2021 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
  - 6. Deliberação n.º 192/2021 – Proposta n.º 38/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Apoio ao Vitória Futebol Clube**

7. **Deliberação n.º 193/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DCIRT – Apoio à Organização do CLIT – Festival em Locais Inusitados**
  8. **Deliberação n.º 194/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DCIRT – Definição de Valores de Venda para Publicações**
  9. **Deliberação n.º 195/2021 – Proposta n.º 24/2021 – DURB/DIMOT – Aprovação de minuta de acordo de gestão a celebrar com a entidade IP Infraestruturas de Portugal, relativamente à execução construção de passeio e ciclovia no lado esquerdo da EN379, entre o Km 22,782 e o km 23,517**
  10. **Deliberação n.º 196/2021 – Proposta n.º 25/2021 – DURB – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal**
  11. **Deliberação n.º 197/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 9/2020 – DRH/DIGAT/GC-AF contra Carla Filipa Afonso da Silva Roberto Marques**
  12. **Deliberação n.º 198/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DOM/DIHAB/SPOM – Aceitação de Doação ao Município, efetuada pela Comissão de Trabalhadores da Volkswagen AutoEuropa Lda**
  13. **Deliberação n.º 199/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DAAE/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Vibeiras” ao Município de Setúbal**
  14. **Deliberação n.º 200/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DAAE/GAPAE – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à Plataforma ODSLocal**
  15. **Deliberação n.º 201/2021 – Proposta n.º 63/2021 – DCDJ/DIBIM – Doação de um fragmento de cantaria de antiga fábrica de conservas**
  16. **Deliberação n.º 202/2021 – Proposta n.º 64/2021 – DCDJ/DIBIM – Doação de documentos bibliográficos ao Município**
  17. **Deliberação n.º 203/2021 – Proposta n.º 65/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2021**
  18. **Deliberação n.º 204/2021 – Proposta n.º 66/2021 – DCDJ/DIDES – Apoios Financeiros aos Programas de Desenvolvimento Desportivo Matriz 2021**
  19. **Deliberação n.º 205/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DES/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato-programa – Ano Letivo 2018/2019**
  20. **Deliberação n.º 206/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DES/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato-programa – Ano Letivo 2019/2020**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP) e dos departamentos de Administração Geral e Finanças (DAF), Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo (DCIRT) e Urbanismo (DURB), incluindo licenciamentos, conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 10.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito das divisões de Fiscalização e Apoio Jurídico (DIFAJ) e de Atividades Económicas e Serviços Urbanos (DIAES), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 13 e 14.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que na última sessão da Assembleia Municipal tinha questionado sobre o andamento do processo da Comenda. Em resposta, o Sr. Vice-Presidente tinha respondido que havia, naquele momento – não sabia se as palavras tinham sido essas –, uma tentativa de aproximação ou de um consenso, em relação à utilização de alguns espaços. Pelo menos, tinha sido essa a ideia com que tinha ficado, a perceção. Gostaria de saber, concretamente, porque, também, o fim do mandato se aproximava – estavam a um “*tirinho*”, metia-se o mês de agosto – e era um processo que não era fácil, seguramente, qual o andamento, se a Câmara Municipal sempre iria avançar, como já ali tinha sido dito e afirmado no passado, com a expropriação do Parque de Merendas da Comenda e com aquele terreno onde, antigamente, estava o parque de estacionamento da Albarquel.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que no passado dia 30 de junho tinham sido discutidos na Assembleia da República, na Comissão de Educação, vários projetos de resolução de diversos partidos, da deputada independente Cristina Rodrigues, do CDS-PP, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Ecologista Os Verdes, de uma forma geral, que recomendavam ao Governo a urgente construção da Escola Secundária da Quinta do Conde e a ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Michel Giacometti, no concelho de Sesimbra, distrito de Setúbal.

Essa Escola Secundária da Quinta do Conde – que, noutros sítios, era conhecida como a escola da Quinta do Peru –, era uma escola secundária que estava previsto construir em 2011. Em 2012 estava previsto construí-la no território da freguesia da Quinta do Conde, em Sesimbra, encostada à União de Freguesias de Azeitão, junto ao Pinhal de Negreiros, com o objetivo de servir para garantir uma oferta de ensino secundário às populações, tanto das freguesias dos territórios de Azeitão como dos territórios da Quinta do Conde, inclusivamente, entrando um pouco, também, pelo concelho do Seixal.

Como todos sabiam, o Governo do PSD e do CDS de Pedro Passos Coelho, no âmbito das medidas de forte contenção ou de restrição orçamental, economicistas e por aí fora, que agravaram uma crise que já existia, tinha abandonado esse projeto, e, ano após ano, iam assistindo à população jovem dos territórios de Azeitão – e dos outros territórios também, mas, na Câmara Municipal de Setúbal, a questão que se colocava era, essencialmente, a da população de Azeitão – que terminava o 9.º ano e que optava por três soluções: Vir para as escolas secundárias da cidade de Setúbal, que eram as que existiam no concelho de Setúbal, ir para a Escola Secundária de Sampaio, em Sesimbra, ou ir para a Escola Secundária de Palmela.

O que se tinha verificado era que esses alunos estavam sujeitos ao condicionalismo da oferta deficiente de transportes públicos, estavam condicionados aos horários das carreiras, estavam condicionados a trocas de carreiras, nomeadamente quando vinham para a cidade de Setúbal, o que levava a que houvesse alunos que demoravam mais de uma hora para se deslocarem de sua casa até à sua escola, em cada manhã e ao final do dia ou à hora do almoço e ao final do dia.



Se fazia referência a essa reunião dessa comissão era porque, se não estava em erro, na sessão da Assembleia Municipal de novembro, a CDU tinha apresentado uma moção, que já tinha sido apresentada, também, na Assembleia de Freguesia de Azeitão – se não estava em erro, em Azeitão tinha sido aprovada por unanimidade -, que, ouvindo a vontade da população e da comunidade escolar de Azeitão, tinha vindo a retomar a necessidade de construção da Escola Secundária que servisse e garantisse o ensino secundário para a população de Azeitão.

Entretanto, na Assembleia Municipal de Setúbal, essa proposta tinha sido discutida, votada e aprovada quase por unanimidade, porque o PSD, na Assembleia Municipal de Setúbal, tinha decidido abster-se. Qual não tinha sido o espanto quando olharam para o relato dessa discussão na Comissão de Educação da Assembleia da República, que ia passar a ler, para que não fosse um erro de interpretação seu. Era relatado que *“o deputado Fernando José, do PS, indicou que a necessidade já era antiga. O Governo tem estado a dar resposta a outras escolas, com verbas próprias. Há uma relação entre a Quinta do Conde e Azeitão e a resposta aos alunos passará, desde logo, por um melhor transporte escolar. Manifestou, depois, a necessidade de resposta, mas que não concordam com a construção de uma nova escola, mas, sim, com o alargamento da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti.”*

A Escola Básica e Secundária Michel Giacometti era uma das escolas que já estava pelas costuras, que tinha alguns pré-fabricados sem as melhores condições para que os alunos tivessem aulas e não garantia oferta, sequer, da população da Quinta do Conde. De acordo com a informação que tinham, a DGESTE estaria a conversar com a Câmara Municipal de Sesimbra para que se construísse lá um bloco de seis salas de aulas, para substituir esses chamados *“barracões”*, como, normalmente, a população chamava.

Na Escola 2/3 de Azeitão existia, também, um conjunto de cinco salas que estavam em pré-fabricados. Entretanto, tinham ido contactando com a DGESTE - com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, na dependência do Ministério da Educação - e o senhor Delegado Regional, em nome da DGESTE, o que os tinha informado tinha sido que o ministério não tinha intenção de construir a tal escola, tal como o senhor Deputado Fernando José referia, e que, sim, considerava que a Câmara Municipal – uma escola que não era da Câmara Municipal - é que deveria construir um bloco de seis salas de aula na Escola Básica 2/3 de Azeitão, que estava pelas costuras, que nem sequer pavilhão tinha, e, portanto, não viam qualquer necessidade de garantir, às sete turmas que todos os anos concluíam o 9.º ano na Escola Básica 2/3 de Azeitão, que garantisse o ensino secundário em Azeitão.

Trazia essa questão porque o Conselho Municipal de Educação já tinha sido informado sobre essa matéria. No Conselho Municipal de Educação não tinha havido qualquer intervenção que contrariasse essa perspetiva do município, de que tinham que defender a construção da escola. No Agrupamento de Escolas de Azeitão também era essa a perspetiva, da necessidade da construção de uma escola secundária em Azeitão. Essa solução de seis salas de aula para o ensino secundário de Azeitão permitia, no máximo dos máximos, duas turmas no 10.º ano, duas turmas no 11.º ano e duas turmas no 12.º ano, ou seja, não garantia a oferta educativa para o ensino secundário para os alunos daquele território, de um território que sabiam que estava a crescer, que não estava a diminuir, tanto o território de Azeitão como os territórios da envolvente de Azeitão.

Aquilo de que se apercebiam era que era importante que a Câmara dissesse, de uma forma muito clara, que, de facto, era necessária a construção dessa Escola Secundária, para além da necessidade da construção do pavilhão gimnodesportivo na Escola Básica 2/3 de Azeitão.

Não podia deixar de fazer o reparo que o senhor Deputado Fernando José era a mesma pessoa que o senhor candidato à Câmara Municipal de Setúbal do Partido Socialista. Ou seja, o Partido Socialista, que tinha votado numa moção, na sessão da Assembleia Municipal de Setúbal de novembro, a defender a construção de uma nova escola, naquele momento, tinha abandonado essa ideia e considerava que o alargamento da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti e algumas melhorias no transporte escolar garantiriam o problema dessa população. Admitia que, não estando ali nas palavras, também, a construção das tais seis

salas de aulas na Escola Básica de Azeitão, não sabia onde, também garantiriam essa oferta para a população de Azeitão.

Não podia deixar de afirmar ali que eram frontalmente contra essa perspectiva e que iriam, sim, protestar, não pelo protesto, mas, sim, com consequência, apresentando propostas para que, de facto, os alunos da escola que terminavam todos os anos o ensino básico em Azeitão pudessem prosseguir os estudos do ensino obrigatório, também, nos territórios de Azeitão ou da envolvente de Azeitão.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que não estava mandatado para falar em nome de ninguém, mas queria dizer aquilo que era a sua informação e a posição do Partido Socialista de Setúbal e complementar as informações que o senhor Vereador Ricardo Oliveira ali tinha trazido.

O Partido Socialista, em todos os momentos em que tinha sido necessário votar e tomar posição sobre a construção da nova escola tinha votado favoravelmente, fosse na Assembleia Municipal, e, também, na Assembleia de Freguesia Azeitão - não sabia se já tinha havido alguma decisão em reunião da Câmara -, e, também, no parlamento, na Comissão a que o senhor vereador tinha aludido, tinha sido votada a proposta favoravelmente, o Partido Socialista tinha votado favoravelmente.

A informação que tinha era que os deputados, ou, melhor, o Deputado Fernando José, no concreto, que estava na Comissão, tinha entendido que, no imediato, não havendo ainda a possibilidade de lançar o procedimento para o concurso público ou avançar com a escola, que deveria haver um reforço do transporte escolar e que deveria haver, efetivamente, um reforço das infraestruturas, das salas de aula, para dar, efetivamente, garantia à procura escolar que existia no território.

Portanto, a intervenção do senhor vereador, de alguma forma, caía um pouco num vazio, porque, que soubesse, na votação, o Partido Socialista tinha-se associado na Comissão, votando favoravelmente. Sinceramente, não estava a perceber qual era o facto que o senhor Vereador Ricardo Oliveira queria imputar ou queria ali trazer como novo ou como contraditório daquilo que tinha sido a posição do Partido Socialista em Setúbal. Que tivesse percebido, nas suas palavras não tinha havido absolutamente nada, ou melhor, nos atos e nos factos não tinha havido absolutamente nada contrário àquilo que era a posição deles ali, em Setúbal, nas várias votações que já tinham ocorrido.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que ia citar e pedia que, depois, fosse distribuído um documento da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto da Assembleia da República, uma informação sobre a discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1 do Regimento da Assembleia da República, na reunião da Comissão de 30 de junho de 2021. Não sabia, se calhar era um problema da redação da Assembleia da República, mas o ponto 9 dessa informação dizia assim: *“O deputado Fernando José (PS) indicou que a necessidade já é antiga. O Governo tem estado a dar resposta a outras escolas, com verbas próprias. Há uma relação entre a Quinta do Conde e Azeitão e a resposta aos alunos passará, desde logo, por um melhor transporte escolar. Manifestou, depois, a necessidade de resposta, mas que não concordam com a construção de uma nova escola, mas, sim, com o alargamento da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti.”* Estava tudo dito e não diria mais nada.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que o sentido da votação tinha sido a favor, relativamente à proposta que tinha ido à Comissão. Portanto, não estava a perceber. Se calhar, convinha ler e perceber qual tinha sido o sentido de voto. O sentido de voto tinha sido a favor. O Partido Socialista tinha votado a favor.

Portanto, se havia algum problema, não estava a ver qual era, ou, melhor, estava a ver qual era, era não ter havido, ainda, verbas suficientes para fazer a escola. Esse era, claramente, o problema. Tudo o resto, sinceramente, era para *“encher”* - que o desculpassem -, do ponto de vista partidário, o discurso que se fazia a nível nacional ou local.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que havia sempre momentos das reuniões da Câmara que os iam surpreendendo. Aquilo só se assemelhava a uma aula do 1.º ciclo, a leitura de um texto e a falta de o aluno não ter conseguido interpretar aquilo que era o conteúdo do texto. O Vereador Ricardo Oliveira, de uma forma rigorosa, tinha feito duas vezes a leitura de um dos pontos inscritos na ata de uma reunião de uma comissão realizada na Assembleia da República, onde o deputado substituto e vereador substituto do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal tinha dito, expressamente, que era contra a construção da nova escola de Azeitão, e o senhor Vereador Paulo Lopes tinha dito que não conseguia compreender. Não queria estar a querer influenciar a avaliação do seu colega, mas aquilo dava direito a negativa. Esse era o primeiro aspeto.

O segundo aspeto era a afirmação, da sua responsabilidade, era que o senhor Vereador substituto Fernando José, candidato pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de Setúbal, por várias vezes, tinha enganado os setubalenses, porque já ali tinha trazido, também, e todos se recordavam, a famosa expressão *“palavra dada é palavra honrada”* e era falsa, como ficou demonstrado, também por via do Vereador Ricardo Oliveira, a propósito dos investimentos na área da saúde. Por diversas vezes o senhor vereador tinha dito ali que as verbas já estavam disponibilizadas, que estava tudo tratado e era falso.

Uma vez mais, aquela era a demonstração daquilo que era o Partido Socialista. O Partido Socialista e os senhores vereadores, nomeadamente o senhor Vereador Fernando José, sabendo-se lá por que razões, tinha feito essas afirmações na comissão na Assembleia da República, não queria assumir responsabilidades dessas mesmas afirmações e dizia, com a maior ingenuidade, o senhor Vereador Paulo Lopes: *“Então, mas qual é o sentido de voto? O que nos interessa é o sentido de voto.”* Portanto, o senhor deputado tinha dito que era contra a construção da escola, tinha afirmado essa posição, mas isso nada influenciava o sentido de voto, porque isso é que era relevante.

Achava que tinha que haver um bocadinho de elevação política. Se ao senhor vereador não incomodava que o seu camarada de partido fizesse uma afirmação dessas, que era, claramente, contraditória com aquilo que o senhor vereador, enquanto responsável da concelhia do Partido Socialista e vereador, tinha ali afirmado e tinha acabado de afirmar, isso era um problema que teria que resolver. Agora que as afirmações tinham sido essas e que não correspondiam àquilo que era a realidade e, acima de tudo, às necessidades dos azeitonenses e à necessidade, que, de facto, existia, de Azeitão ter uma escola que respondesse às necessidades dos seus alunos, parecia-lhe que era óbvio e, portanto, confundia-o que também o senhor vereador, que já ali, por várias vezes, tinha tido a capacidade de assumir essas trapalhadas, não viesse dizer: *“Olhe, se calhar vou ter que ver por que razão é que o meu candidato fez tais declarações na comissão.”*

Parecia-lhe que isso é que seria sensato e não dizer que isso não tinha qualquer tipo de incongruência com o sentido de voto e, até, com a posição do Partido Socialista. Isso é que seria sensato, ser capaz de dizer: *“Olhe, não compreendo de todo porque é que o senhor deputado fez essa afirmação, quando nós, Partido Socialista, como já aqui disse, somos favoráveis à construção.”*

Nesse caso, pedia ao senhor vereador que, de uma forma clara, dissesse que essas declarações não correspondiam à posição do Partido Socialista e que o senhor deputado disse uma coisa contrária ao que o Partido Socialista defendia para Setúbal.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que estavam na época do digital e o digital tinha muitas vantagens. No momento, conseguiam obter a informação de que precisavam.

No detalhe das iniciativas, que, de facto, aparecia no sítio do Parlamento, no sítio da Comissão, no portal da Comissão, aparecia que tinham sido aprovados todos os projetos de resolução aprovados por unanimidade na sua baixa à comissão da especialidade, para discussão na especialidade.

Na discussão da especialidade, realizada no dia 20 de julho, no dia anterior - já estava ali o relatório -, em que tinha sido apresentado o texto final - iria ler o texto final, para que não houvesse dúvidas -, dizia: *“1. Proceda urgentemente à construção da Escola Secundária na*



4

*Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, desenvolvendo de imediato todos os procedimentos para a sua concretização, dando cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 52/2016, aprovada a 12 de fevereiro de 2016. 2. Proceda urgentemente à ampliação da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, com a construção de um novo edifício, à requalificação do edificado já existente e do espaço de logradouro, bem como à modernização do equipamento informático, à substituição do mobiliário e ao apetrechamento com o material necessário, incluindo material didático. 3. A construção de uma nova escola secundária na Quinta do Conde não implique o encerramento de qualquer escola do mesmo nível de ensino nos concelhos limítrofes. 4. Promova a participação da comunidade escolar, nomeadamente dos docentes, dos funcionários, dos estudantes, dos pais e encarregados de educação, tal como as autarquias, no âmbito das intervenções conducentes à construção da nova Escola Secundária da Quinta do Conde e à ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti. A proposta foi aprovada com os votos a favor dos deputados do PSD, do Bloco de Esquerda, do PCP, do CDS-PP e do Partido Ecologista Os Verdes, a abstenção dos deputados do Partido Socialista, registando-se a ausência dos deputados do PAN e da Iniciativa Liberal.”*

As palavras do senhor Deputado Fernando José, candidato à Câmara Municipal de Setúbal pelo Partido Socialista, em Setúbal, eram a posição oficial do Partido Socialista. Podia haver uma secção concelhia, uma secção de freguesia do que quer que fosse que tivesse outra posição, mas o candidato, no exercício do cargo mais nobre que podia existir, que era o de Deputado da República, tinha feito essa afirmação e o voto que o seu partido tinha na Comissão era a abstenção, relativamente a essa matéria, ou seja, para deixar claro que se opunha, nas suas palavras, à construção de uma nova escola secundária.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, só para terminar aquela discussão, da sua parte, queria dizer que o senhor Vereador Pedro Pina tinha tido quase nota máxima em drama, na sua intervenção. Até tinha imitado uma vozinha de um ingénuo, que, com certeza, não existia ali à mesa.

Todos tinham posições sobre as várias matérias. Depreendia, pelas palavras do Vereador Pedro Pina, que era um comunista convicto contra a geringonça, que não acreditava naquele Governo, não acreditava no Partido Socialista, não acreditava naquele Primeiro-Ministro. O Vereador Pedro Pina era daqueles comunistas que achava que o PS não tinha palavra, ao contrário do Secretário-Geral Adjunto do Partido Comunista, que achava que o PS e o Primeiro-Ministro tinham palavra, e, por isso, tinham, consecutivamente, aprovado ou viabilizado orçamentos do Partido Socialista.

O Vereador Pedro Pina tinha ido ali fazer a diabolização do Partido Socialista quando o Partido Comunista, a nível nacional, não o fazia. Havia ali uma diferença muito grande entre aquilo que era o PCP, ou, melhor, o Vereador do Partido Comunista Pedro Pina e aquilo que era o Partido Comunista a nível nacional, que, pelos vistos, nas suas palavras, era quem marcava a posição do Partido Comunista, porque, se o Partido Socialista nacional tinha uma posição, todas as outras estruturas não podiam ter uma posição mais assertiva, em defesa daquilo que era a sua terra, que era aquilo que era a sua posição sempre, ali. Em tudo o que fosse para o bem de Setúbal, faria tudo o que estivesse ao meu alcance e aprovaria, se entendesse que era positivo para a sua terra, o que era diferente daquilo que o senhor vereador estava a dizer.

O senhor vereador estava ali a dizer, pura e simplesmente, que o PS era um partido sem palavra. Então, seguramente, pelas suas palavras, não se devia rever, minimamente, na sua direção nem no seu partido a nível nacional, nos últimos 5 ou 6 anos. Achava triste, mas era o que era. Revia-se naquele Governo, revia-se naquele Primeiro-Ministro e achava que o Partido Socialista tinha palavra dada e tinha honrado a palavra que tinha dado, ao longo dos anos, com muitos dos investimentos que tinha feito no país e em Setúbal, também. Se o senhor vereador entendia o contrário, lamentava. Lamentava mesmo, só, mais nada.

9

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que continuavam numa aula e o aluno Paulo Lopes, para tentar responder à pergunta de Português, tinha ido falar de Estudo do Meio. Percebia a sua enorme dificuldade, percebia como aquela questão lhes criava uma enorme dificuldade. Era uma enorme dificuldade que o candidato do PS, uma vez mais, lhes tinha criado, uma embrulhada. Não era uma geringonça, era uma profunda embrulhada dizer numa comissão que era contra a construção ou que não era favorável à construção da escola, a que não queriam, naquele momento, responder.

Queria dar duas notas: Primeiro, era comunista. Era militante do Partido Comunista com muita honra. O PCP não tinha Secretário-Geral Adjunto, pelo menos que eles soubessem. Não tinham ainda, isso era no PS. Portanto, uma vez mais, o senhor vereador tinha voltado a chumbar no teste. O senhor vereador não só tinha falhado na primeira questão como tinha falhado na segunda.

Não tinha diabolizado o Partido Socialista em termos nacionais. Percebia que ao senhor vereador desse jeito fazer essa confusão. Até o poderia fazer sobre muitas e diferentes matérias, mas tinha sido claro e voltava a reafirmar e a ata aí estaria para clarificar. Aliás, tinham falado de atas e a ata era tão clara. Aquela ata da Comissão era tão clara que não conseguiam argumentar o que não era argumentável.

Aquilo que tinha dito tinha sido que o candidato do PS à Câmara Municipal, o Vereador substituto Fernando José, uma vez mais, como em outras matérias, nomeadamente em investimentos relacionados com a área da saúde, tinha enganado os setubalenses e tinha dito a expressão *“palavra dada é palavra honrada.”* Portanto, o Partido Socialista, de facto, não era uma força política fiável para os setubalenses e os azeitonenses confiarem. A demonstração disso era aquilo que tinha sido, uma vez mais, demonstrado por essa posição. Percebia que isso criasse um grande desconforto.

Aliás, nas suas palavras, se tinha tomado boa nota, tinha dito disse que o senhor Presidente da Concelhia do Partido Socialista tinha uma boa oportunidade para clarificar. Até o tinha desafiado a responder nesse sentido. Portanto, que lhe permitisse, naquele momento, que fizesse essa leitura, que o senhor Vereador Paulo Lopes, Presidente da Concelhia do Partido Socialista, não se revia nas palavras do Deputado Fernando José e, portanto, que era favorável à construção de uma nova escola em Azeitão, contrariamente à posição que o candidato do PS tinha, como tinha sido demonstrado pela ata que tinha sido lida, por duas vezes, pelo Vereador Ricardo Oliveira.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que era só uma mensagem mais telegráfica, porque o debate tinha “aquecido” tanto que tinham que tirar as ilações das posições em presença. De facto, havia uma lição. Não sabia quem seria o mestre-escola, mas havia uma lição que tinham que aprender naquele debate.

Parecia que queria mais o empedernido comunista Pedro Pina que a geringonça cumprisse os seus compromissos do que o retinto putativo socialista candidato a presidente da Câmara de Setúbal acreditava na própria geringonça do seu partido. Em que é que ficavam? O candidato do PS a Setúbal acreditava no seu partido ou não? Parecia que andava tudo desencontrado. Acertassem agulhas, fizessem favor.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, sobre aquela matéria, percebia a atrapalhação do senhor Vereador Paulo Lopes, porque achava que a atrapalhação, a confusão e a deambulação eram para ver se conseguia desviar o assunto, mas a questão que se colocava era mesmo assim, direto e bruto.

Estavam a falar de mentira e de traição aos setubalenses e aos azeitonenses. O que tinha feito o candidato do Partido Socialista - com o apoio, ou não, do Partido Socialista local -, tinha sido mentir e trair os munícipes de Setúbal e de Azeitão. Portanto, achava que esse é que era a questão fundamental, a que os senhores do PS queriam andar à volta e tentar desconversar. Se não se distanciavam, associavam-se, e, se se associavam, então passava a ser o PS de Setúbal associado a essa traição.





**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que o senhor vereador dizer que era uma intervenção direta e bruta não desculpava tudo. Chamar a uma pessoa traidor era de um nível tão baixo... Ainda por cima, uma pessoa que não estava ali para se defender. Era de um nível tão baixo que era inqualificável.

Traidor, para ele, era uma coisa muito grave, que não se podia usar de ânimo leve, nem com a justificação de dizer “*se eu sou direto, eu sou bruto*”, senão teria que dizer que o senhor vereador devia era ser outra coisa qualquer.

O senhor vereador que o desculpasse, mas chamar traidor a uma pessoa era demonstrar que não estava nas suas capacidades, era preciso ter cuidado ao vir para uma reunião da Câmara chamar isso a uma pessoa, porque no discurso político não valia tudo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que acrescentava “*traidor político.*”

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que “*traidor político*” estava o senhor vereador a dizer naquele momento e, mesmo assim, era muito grave dizer uma coisa dessas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era gravíssimo e era disso que se tratava.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que isso só demonstrava que não estava ao nível de estar ali, numa sala daquelas, que o desculpasse, mas não estava. Não podia valer tudo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que se o senhor vereador se associava também era.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que se o senhor vereador estava a dizer que ele era traidor, então teria que dizer que o senhor vereador era parvo. Mas, então, o que era aquilo? Conhecia-o de algum lado para lhe estar a chamar traidor?

Pedia que a senhora Presidente não permitisse aquele tipo de palavreado, porque não era digno de uma reunião da Câmara.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – “*É, é.*”

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que só se fosse na reunião da Câmara do senhor vereador de algum outro lado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o que não era digno era o que tinha feito o Deputado Fernando José.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que Deus o livrasse se algum dia o senhor vereador fivesse que gerir uma câmara ou se sentasse no lugar de presidente. O que era isso de traidor?

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o que não era digno era o que ele tinha feito, isso é que não era digno.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que o senhor vereador era parvo.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que se tratava, apenas, de uma informação que queria deixar, no âmbito do acompanhamento que a Câmara tinha feito à questão dos resíduos no Vale da Rosa. Tinham pedido informações à CCDR e tinham acompanhado junto da CCDR todo o processo. Queria dar conta que a última informação da CCDR, do dia 16 de julho, dizia que o proprietário do terreno tinha apresentado um contraditório relativamente à notificação que tinha sido emitida pela CCDR, porque estavam em causa resíduos perigosos. O proprietário tinha apresentado um contraditório, um estudo da Universidade do Minho, e

4

esse estudo tinha sido verificado pela APA, que tinha dado razão a esse estudo, dizendo que os resíduos não eram perigosos. Portanto, queria chamar a atenção para isso.

A CCDR vinha, agora, dizer que os resíduos do Vale da Rosa não eram perigosos e que deveriam ter um fim dado pelo proprietário. Para isso, tinham-no notificado novamente, no âmbito do Código LER 100809 - Outras escórias, que poderiam ser aproveitadas para soluções de valorização, tratamento e destino final a ser validado pela CCDR. Queria deixar, apenas, esta informação.

**Sra. Presidente** – Disse que, relativamente à Comenda, continuava a haver diálogo e reuniões entre os nossos advogados e os advogados da Comenda. Relativamente ao estacionamento, eles tinham querido começar já a fazer o parque de estacionamento e tinham sido os nossos técnicos que não tinham aconselhado a construção, naquele momento, do parque de estacionamento, tendo em linha de conta que a entrada de muitas viaturas lá para dentro iria entupir toda a circulação para as praias, que se pretendia que fosse fluída. Aquela praia, à semelhança das outras, devia ser servida por autocarros dos TST, com quem tinham protocolos. Se entrassem lá muitas viaturas privadas aquilo iria entupir tudo. Naquele momento, com a abertura do forte e com a praia, no verão não se previa a construção desse parque.

De qualquer modo, estavam a estudar a melhor execução do parque, porque a empresa já se tinha disponibilizado para o dar espaço para avançar. Os nossos técnicos é que tinham pedido que deixassem decorrer a época de praia e, depois, logo veriam como é que iriam fazer aquilo. Portanto, a empresa tinha suspenso por causa disso.

Relativamente à Comenda, continuavam a ser feitos os protocolos. Ainda não os tinham, mas ninguém iria ser impedido de utilizar no verão o Parque da Comenda. Os termos de utilização futuros, depois do verão, continuavam a ser negociados. Daí o motivo pelo qual estavam suspensas as ações.

Relativamente às vedações, também estavam a ser tratadas. Já deveriam ter recuado cerca de um metro, relativamente àquelas vedações que iam dar à Aldeia da Rasca, salvo erro. Portanto, isso iria ser tudo recuado. Junto à Estrada Nacional 379 também iria ser recuado um bocado de vedação que tinham feito.

Relativamente à escola da discórdia, o senhor vereador que não tentasse tapar o sol com a peneira porque a isso chamava-se responsabilidade. Portanto, era bom saberem os candidatos que tinham em presença para a Câmara Municipal e saberem qual era o nível de compromisso com a população de Setúbal, o nível do empenhamento, a motivação ou se as motivações eram, única e exclusivamente, partidárias, político-partidárias.

Aquele episódio refletia bem a falta de maturidade que o candidato revelava, a falta de empenho para com o concelho, de entrega e de empenho para com o concelho. Revelava isso tudo. Ser alguém do Partido Socialista a dizer isso já era grave, mas ser o candidato a dizer isso era gravíssimo. Portanto, isso não tinha desculpa, tinha que ser divulgado, para as pessoas perceberem os candidatos que estavam em presença, que estavam no terreno a dizer: *“Comigo, esta câmara fica bem entregue.”* Não, não ficava.

No tempo em que era vereadora, em sede de Orçamento de Estado, havia uma coisa chamada PIDDAC. Já não havia o PIDDAC, porque ia havendo candidaturas e projetos e, portanto, normalmente, os municípios candidatavam-se, se fosse da sua responsabilidade, o que não era o caso. Essa escola não era da responsabilidade do Município. No entanto, o Município, todos os anos, punha em PIDDAC, quer a concretização de melhoramentos e de requalificação dessa, quer relativamente à construção de um polidesportivo que a escola não tinha. Não tinha e continuava a não ter.

Sempre que havia eleições autárquicas, os candidatos do Partido Socialista diziam que iam lutar, junto do Governo, para que essa escola fosse requalificada e tivesse um pavilhão gimnodesportivo. Aqueles alunos não tinham os mesmos direitos dos outros alunos, porque não tinham um pavilhão gimnodesportivo. O Partido Socialista tinha, do seu concelho, um Deputado da Nação, um vereador substituto. Se havia essa oportunidade de o Partido Socialista ter lá uma pessoa do Município -, que, por acaso, naquele momento, era um

candidato à Câmara -, era uma oportunidade de ouro para dizer, no Parlamento: *“Nós votamos contra. Nós achamos que Azeitão merece a requalificação da escola e merece um pavilhão gimnodesportivo.”* Não era isso que estava em causa, era o secundário, mas o secundário, o pavilhão e a requalificação já havia muito tempo eram colocados ao Governo, para se fazer essas obras.

Queria ainda dizer que, havia meia-dúzia de anos, tinha havido um bocado do telhado que tinha caído e tinha sido um problema para o Ministério da Educação arranjar esse bocado. Mesmo assim, a Câmara ainda tinha dado uma ajuda e a Junta de Freguesia de Azeitão também tinha dado uma ajuda.

Era uma vergonha que tinha que ser esclarecida. Tinha que ser explicado aos azeitonenses e aos setubalenses em presença de quem é que estavam. Era uma vergonha. Não se entendia o senhor Deputado e candidato à Câmara vir dizer que votava contra. Estava escrito, estava ali a ata. Não se entendia e tinha que ser denunciado. Naquele candidato não, por favor.

Ainda fazia uma leitura mais à frente, era que não havia almoços grátis. Como não havia almoços grátis, o mandatário daquele candidato chamava-se Secretário de Estado da Educação, João Costa. Esse secretário de estado, com certeza, tinha as suas baterias e o seu orçamento virado para a escola tal e para a escola tal, que não era a de Setúbal. Portanto, o senhor candidato à Câmara de Setúbal, que tinha como seu mandatário o Secretário de Estado, que se estava nas tintas para Setúbal e Azeitão, Secretário de Estado que nada tinha feito naquela terra, o Secretário de Estado da Educação, João Costa, era o mandatário do candidato Fernando José. Portanto, tinha que haver agradecimentos: *“Eu sou teu mandatário, mas, olha lá, isto não pode passar, ou não faças.”* O discurso não podia ser diferente, era o que deduzia.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que o Secretário de Estado não tinha os equipamentos, não tinha nada a ver.

**Sra. Presidente** – Disse que o senhor vereador podia dizer o que quisesse, mas estava no mesmo ministério e essas coisas discutiam-se. Aquilo era uma vergonha. Tinha que se dizer na rua que o Secretário de Estado da Educação era o mandatário do senhor Deputado da Nação Fernando José, que, por acaso, era o candidato. Isso tinha que dizer. Os setubalenses não podiam querer esse futuro. Os setubalenses não podiam querer aquilo, porque tinha sido aquilo que tinham tido cá.

Quando a Câmara Municipal recebeu as habitações sociais que eram do IGAPHE e, depois, tinham passado para outra coisa que se chamava IHRU, a Câmara Municipal de Setúbal tinha recebido aquelas centenas e centenas de habitações todas em adiantado estado de degradação, para, em troca, darem o pavilhão de Aranguez, da Escola de Aranguez. Era esse o acordo do Partido Socialista do Presidente Mata Cáceres: *“Eu recebo as casas todas altamente degradadas. Não interessa como é que as pessoas estão lá a viver, quem é que faz as obras, não interessa nada. Em troca, vocês dão-me, ali, o pavilhão de Aranguez.”* Tudo mentira. As casas tinham ficado cá, degradadas, e quem tinha vindo a recuperá-las tinha sido a CDU. Era verdade, a CDU tinha vindo a recuperá-las. A Câmara da CDU, não tinha sido a Câmara do PS. Era verdade, e quem tinha feito o pavilhão de Aranguez tinha sido a Câmara da CDU. Era tal e qual, assim, porque não havia palavra, não. Não batia certo. Aquele candidato fazia um favorzinho ao Governo, não pugnava pelo seu povo, pela sua população, à qual estava a dizer: *“Eu venho para aqui porque eu sou o melhor.”* Isso tinha que ser denunciado.

Só tinha mais uma informação. Tinha sido adquirido, finalmente, por escritura pública, o Imapark. Já era pertença da Câmara Municipal. Tinha tido alguma demora relativamente a legalizações, mas, naquele momento, era da Câmara Municipal. Iria albergar o Mercado de 2.ª Venda, que estava na Docca dos Pescadores, iria albergar o Mercado Abastecedor, que estava em instalações arrendadas, num espaço ao lado, onde era a Sado Internacional, um espaço que a Câmara Municipal tinha arrendado depois de terem estado 18 anos na rua, ao lado dos Bombeiros Sapadores. Portanto, tinham melhorado as instalações, mas ainda iriam



melhorar mais as instalações, quando passassem para o Imapark. Também teria espaços para o funcionamento de armazéns da Câmara Municipal e um armazém para a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que precisava de espaço no âmbito das novas competências, e, ainda, para duas ou três empresas que lá continuavam a trabalhar.

Também tinha sido feita no dia anterior a escritura do Parque de Santiago, com a permuta que já tinha ido à Assembleia Municipal.

A escola de Casal de Bolinhos, que tinha um espaço enorme, que tinha tido sempre um espaço abandonado enorme, à frente da escola, uma escola muito pequena e muito apertadinha, os meninos não tinham quase espaço nenhum para brincar, também tinha sido resolvido no dia anterior. Também tinha sido feita a escritura de um terreno que estava em frente a essa escola, para se alargar a escola e se alargar o espaço desse recreio para as crianças.

Também tinha sido feita no dia anterior a escritura da doação, à Igreja, do terreno para a igreja em Brejos de Azeitão, que estava prometido à paróquia de Azeitão. Nesse âmbito, tinha sido cumprida a promessa no dia anterior, com a escritura.

Finalmente, também tinha sido feita a escritura daqueles dois edifícios - um deles, o outro não tinha problemas -, porque, para se comprar um, tinha-se tido que comprar o outro, da florista que estava na Avenida dos Ciprestes, para fazer o alinhamento do passeio, não do asfalto. O asfalto estava alinhado, mas, depois, não havia passeio. Portanto, para fazer o alinhamento desses prédios com o "stand" da frente, também tinha sido feita a escritura no dia anterior.

No dia anterior, às 10 e meia ou 11 da noite, tinha andado com o Vereador Carlos Rabaçal, para cortarem aquilo, para se deitar aquilo abaixo, para a estrada ficar alinhada.

Achava que era extremamente interessante e importante saberem de mais esses imóveis. Enquanto tinha havido uns que tinham desbaratado o património da Câmara, havia outros que enchiam a Câmara de património.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Perguntou se podia perguntar uma coisa, em relação àquelas informações: Para quando é que estava prevista, se é que já existia alguma previsão, a deslocalização do Mercado de 2.ª Venda e do Mercado Abastecedor para o Imapark?

**Sra. Presidente** – Disse que tinha sido feita a escritura no dia 14. O projeto já estava feito e tinham que fazer a obra. A obra não eram dois tostões. Iam ver se a faziam dali a um ano, sensivelmente, pois tinham que arranjar dinheiro para fazer o projeto, o esboço.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação à Ginástica do Clube Naval Setubalense, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 15:

*"Saudação  
Ginástica do Clube Naval Setubalense*

*O Clube Naval Setubalense teve uma excelente participação no Campeonato Nacional de Tumbling e no Campeonato Nacional de Teamgym, que decorreu respetivamente nos dias 4 de julho em Viana do Castelo e no fim-de-semana de 10 e 11 de julho, no pavilhão João Rocha, em Lisboa.*

*Em Tumbling, os lugares mais altos do pódio no escalão Sénior foram ocupados por dois ginastas da equipa do Naval, orientados pelo treinador José Martinez: João Bola sagrou-se campeão nacional e Bruno Baptista foi vice-campeão.*

*No Campeonato de Teamgym, o Clube Naval obteve três títulos de campeão nacional, e um terceiro lugar nas equipas treinadas por Maria João Calretas e José Martinez:*

*- Tiago Gomes, Simão Santos, Helena Madruga, Laura Marques, Carolina Cunha, Leonor Matias - equipa de Iniciados Mistos, no Campeonato de Base – campeã nacional;*

*- Matilde Balona, Inês Valente, Margarida Rebelo, Beatriz Resende, Violeta Medeiros, Sara Madruga, Lília Huon, Maria Carinhas, Raquel Vicente - equipa de Juniores Femininos, no Campeonato de Base – campeã nacional;*

- Ana Bola, Matilde S Miguel, Beatriz Raposo, Carolina Reis, Lina Houn, Joana Matos - equipa de Juniores Elite Femininos, no Campeonato da 1ª Divisão – campeão nacional;  
- Ana Lopes, Teresa Sebastião, Iuna Dreyer, João Có, João Bola, Bruno Baptista - equipa de Seniores Mistos, no Campeonato da 1ª Divisão – 3º classificado.  
Pelos brilhantes resultados verificados nestas competições, resultados a que o Clube Naval Setubalense nos tem habituado, a Câmara Municipal de Setúbal saúda o Clube, os seus atletas e os seus treinadores.”

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se associava à saudação.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que o PSD se associava, naturalmente, a um momento brilhante e àquela saudação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação à Ginástica de Trampolins do Vitória Futebol Clube, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 16:

*“Saudação  
Ginástica de Trampolins do Vitória Futebol Clube*

*O Vitória Futebol Clube conquistou oito títulos de campeão nacional, no Campeonato Nacional de Trampolins 1ª Divisão e Elite, que decorreu nos dias 17 e 18 de julho no pavilhão João Rocha, em Lisboa.*

*Numa competição disputada por 32 clubes, a equipa de Ginástica de Trampolins do Vitória Futebol Clube participou com 15 atletas, destacando-se os seguintes resultados:*

*- Pedro Mendes - campeão nacional de Duplo Mini Trampolim, na categoria de Iniciados Masculinos;*

*- Duarte Rocha - campeão nacional de Tumbling, categoria de Iniciados Masculinos;*

*- Maria Dores, Ema Narciso, Sofia Cruz - campeãs nacionais de Tumbling por equipas, categoria de Iniciados Femininos;*

*- Rui Praxedes - campeão nacional de Duplo Mini Trampolim na categoria de Juniores Masculinos;*

*- Afonso Mendes, Daniel Oliveira, Rui Praxedes, Gustavo Soares - campeões nacionais por equipas de Duplo Mini Trampolim, Juniores Masculinos;*

*- Afonso Mendes, Daniel Oliveira, Rui Praxedes - campeões nacionais por equipas de Trampolim, também em Juniores Masculinos;*

*- Afonso Mendes, Daniel Oliveira - campeões nacionais em Trampolim Sincronizado, categoria de Juniores Masculinos;*

*Maria Dias - campeã nacional de Tumbling, em Juniores Femininos.*

*Para além dos títulos de campeão, destacam-se ainda dois títulos de vice-campeão: Diogo Duarte em Tumbling (Iniciados Masculinos) e Inês Grácio em Tumbling (Juniores Elite); e dois terceiros lugares: Maria Dores em Tumbling (Iniciados Femininos) e Pedro Mendes em Trampolim (Iniciados Masculinos).*

*Pela continuada excelência dos resultados, a Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória, os atletas e treinadores da secção de Ginástica de Trampolins.*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que se associavam àquela saudação.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que também se associavam àquela saudação e que os setubalenses eram bons saltadores.

**Sra. Vereadora Sandra Gomes** – Leu a seguinte saudação ao 133.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos, conforme documento arquivado em pasta anexa, sob o registo n.º 17:



*“133.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos*

*Por ocasião do 133.º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, vem a Câmara Municipal de Setúbal felicitar esta centenária Instituição pelo trabalho nas áreas social e clínico, sempre ao serviço das populações mais vulneráveis da cidade, especialmente os mais idosos. Com uma visão de solidariedade a Associação de Socorros Mútuos Setubalense foi fundada a 15 de julho de 1888, por homens das artes, artífices, pedreiros, calceteiros, estucadores, entre outros. A génese da Instituição tinha como principal objetivo o apoio mútuo na doença e no funeral, proporcionando aos seus associados um médico para tratar as suas maleitas e um funeral digno aos falecidos. Hoje como ontem e adaptando-se sempre às novas realidades sociais e em especial neste momento extraordinário que se vive, é a nossa obrigação prestar a devida homenagem a esta instituição mutualista, e a todas as têm como pilar prioritário, o apoio social e o trabalho em proximidade e em parceria que visa colmatar as necessidades prioritárias da nossa comunidade. Aos seus associados, diretores, trabalhadores e utentes a Câmara Municipal de Setúbal endereça votos de parabéns e continuação do trabalho meritório ao longo destes 133 anos de vida.”*

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que, naturalmente, se associavam àquela comemoração e também louvavam essa organização, pelo seu bom trabalho ao longo de tantos anos.

**Sra. Presidente** – Disse que desejavam a continuação do excelente trabalho que faziam, pelo empenho e pela forma como se entregavam à comunidade, a todas as pessoas que precisavam dos serviços deles e, também, às vezes, como se entregavam aos outros que não precisavam, pela forma como interagiam com toda a comunidade, que achava que era fantástica. Podiam desejar mais 133 anos, no mínimo. Já seria bom.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que não ia usar da palavra mas queria agradecer as palavras e a saudação, em nome de todos os órgãos sociais da instituição, dos seus trabalhadores, dos seus associados, dos seus utentes e do corpo de voluntariado que também prestava serviço na instituição. Deixava um agradecimento à Câmara Municipal.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 07 de julho de 2021**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

### **2. Deliberação n.º 188/2021 – Proposta n.º 34/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Frei Pedro Lagarto 2A, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.





**3. Deliberação n.º 189/2021 – Proposta n.º 35/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Teodósio Rodrigues de Faria, na Quinta do Hilário, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 22 a 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 190/2021 – Proposta n.º 36/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 191/2021 – Proposta n.º 37/2021 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PPD/PSD.

**6. Deliberação n.º 192/2021 – Proposta n.º 38/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Apoio ao Vitória Futebol Clube**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34.

**Sra. Presidente** – Disse que no ano anterior, tinham sido cedidos ao Vitória, 65 lotes de terreno para ajudar a superar algumas garantias para a inscrição do clube. O clube tinha vindo a fazer um esforço muito grande, no sentido da regularização do seu funcionamento e, portanto, a câmara municipal ia dar mais um apoio no âmbito daquele loteamento que tinha ficado ainda por atribuir. Alguns lotes ainda tinham sobejado.

Portanto, tinham decidido entregar, naquele momento, os restantes lotes no valor de €349.596,00. Tinha sido o valor atribuído pela comissão municipal de avaliação de imóveis e, iam atribuir ao Vitória para continuar na senda da reorganização e funcionamento.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que os vereadores do Partido Socialista apoiavam aquela proposta, como tinham apoiado todas as propostas de ajuda ao Vitória, a passar por todas as situações difíceis. Relembavam aquilo que tinham dito no ano anterior, quando tinham cedido uns lotes de terreno, para ajudar o Vitória, os vitorianos deviam ter consciência que o futuro

do seu clube dependia muito daquilo que eram as suas decisões, enquanto sócios e, responsáveis pelo clube.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que lhe doía a alma continuar a ver o Vitória naquela situação. Os pergaminhos, a idade, a vontade, toda a história do Vitória remetida para a situação do dia atual, era confrangedora. Mas aquela situação não era de hoje.

Não conseguiam ter a garantia, a perceção de que o Vitória pudesse voltar aos tempos de glória, que já tinha tido em tempos idos.

Tinha à sua frente o documento referido pela Senhora Presidente, naquela altura tinham sido oitocentos e um mil euros, tinha sido a deliberação 241/2020, Apoio ao Vitória Futebol Clube, mas haviam alguns constrangimentos, servia para hipotecar, dar como garantia, etc.

Com a proposta atual eram mais trezentos e quarenta e nove mil euros a somar, num espaço de um ano. Supunha que seria com propriedade total do clube, que ele poderia fazer o que bem entendesse com aquele valor, dado pela Câmara Municipal. Era um apoio para um clube que transportavam no coração. Mas aquela era mais uma medida pontual, e achavam que não era com medidas pontuais que iam salvar o Vitória. Podiam continuar a fazer aquilo, eles município, ou outros, de uma forma corrente, a dar terrenos, para garantir o que fosse, mas era preciso saber qual era o plano total, um plano coerente, um plano com garantia para que fosse possível salvar o Vitória.

Era mesmo preciso definir uma estratégia, não podiam andar, ponto a ponto, com medidas pontuais, sem uma estratégia segura. Era preciso uma estratégia que pudesse levar o Vitória, a avançar passo a passo, para a posição de onde nunca deveria ter saído. Não era com aqueles movimentos, que eram significativos em termos do seu montante em euros, que garantiam a viabilidade e o sucesso do Vitória Futebol Clube, que todos desejavam. Pelo que o PSD, relativamente àquela proposta se iriam abster.

**Sra. Presidente** – Disse que relativamente às questões que o senhor vereador tinha colocado estavam de acordo, mas era o Vitória que tinha que decidir o seu rumo, o seu destino. Era o Vitória que tinha que apresentar um plano, não poderia ser a câmara a impor nenhum plano de desenvolvimento desportivo, não poderia ser a câmara a fazer isso.

O Vitória tinha pedido, desde sempre, ajuda à câmara e, desde sempre tinha tido o apoio da câmara. Fosse qual fosse o partido que ali estivesse. Todos sempre tinham ajudado e achava que todas as forças políticas sempre tinham apoiado e, ajudado o Vitória.

Relativamente à estratégia, estava de acordo, tinha que haver estratégia, mas achava que o Vitória estava a caminhar.

A câmara estava a dar o apoio que era possível, e impossível.

Aquele apoio já tinha sido, um pouco prometido, há muitos meses atrás, se o Vitória continuasse a demonstrar que se estava a reorganizar, se fosse possível o resto do loteamento, que lhes tinham pedido há algum tempo atrás, o resto do loteamento daqueles tais 65 lotes, para ajudar aquela reorganização. Tinham dito que precisavam de tempo para ver, se aquilo estava a andar, se não estava a andar....

Tinham dado provas dessa reorganização, tinham encontrado um investidor para a SAD. Quem tinha que acautelar ou averiguar se aquele era o investidor certo, ou não, tinham que ser os vitorianos, tinha que ser a massa associativa, tinham que ser os associados, eles é que tinham que monitorizar isso e decidir.

A câmara estava a fazer o que tinha prometido, se vissem que estavam a fazer diligências, que se estavam a esforçar, eles também se esforçariam para contribuir com mais um bocadinho na senda dessa reorganização.

Tinha sido aquilo que lhes tinham pedido, e eles estavam a cumprir com a parte deles. Todos tinham esse dever para com a cidade e o Vitória também era cidade.

O que era o futuro, o plano estratégico, como é que eles se iam reorganizar, isso tinha que ser a massa associativa, os seus dirigentes, eles é que tinham que fazer isso.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PPD/PSD.

#### **7. Deliberação n.º 193/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DCIRT – Apoio à Organização do CLIT – Festival em Locais Inusitados**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha uma dúvida referente aqueles vinte mil euros de subsídio, se era para a edição do corrente ano ou se era para as duas edições.

**Sra. Presidente** – Disse que eram para as duas primeiras edições. Uma que se ia realizar em outubro e a outra em junho/julho. Porque o subsídio que eles tinham recebido daquele fundo também era para as duas edições.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **8. Deliberação n.º 194/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DCIRT – Definição de Valores de Venda para Publicações**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36.

**Sra. Presidente** – Disse que tinham feito algumas publicações, nos últimos tempos e, elas estavam a ser distribuídas pelos locais públicos. Primeiro tinham feito algumas distribuições para entidades e agora estavam à disposição do público e, era preciso atribuir um valor.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **9. Deliberação n.º 195/2021 – Proposta n.º 24/2021 – DURB/DIMOT – Aprovação de minuta de acordo de gestão a celebrar com a entidade IP Infraestruturas de Portugal, relativamente à execução construção de passeio e ciclovia no lado esquerdo da EN379, entre o Km 22,782 e o km 23,517**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **10. Deliberação n.º 196/2021 – Proposta n.º 25/2021 – DURB – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43.





**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que tinham sido um dos primeiros municípios, estavam no grupo dos 30 municípios, nos primeiros 10% dos municípios, a entregar a respetiva estratégia local de habitação. Essa entrega tinha permitido, fazer um contrato de programa para uma reabilitação parcial do parque habitacional.

Com a vinda do PRR, tinham feito novas propostas, quer para reabilitação de mais fogos, quer para construção de fogos, como estava no anexo, quer para alojamento temporário.

Sem a atualização da estratégia local, não era possível ter acesso aos fundos do PRR, visto que tinham feito a estratégia deles, antes da existência do PRR. Portanto, essa atualização tinha sido acordada com o IHRU, estava a ser acompanhada pelo IHRU e, sendo aprovada em reunião de câmara iria ser entregue de imediato ao IHRU, para a respetiva aprovação. Aquela proposta tinha sido acompanhada pelo IHRU, e depois submetida às resoluções e decisões dos investimentos do PRR habitação no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, as propostas que apresentavam, assim como as propostas de todos os municípios da AML.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que naquele quadro, especialmente naquilo que eram as novas habitações, ainda não estava ali definido, quantas eram para rendas apoiadas e para rendas acessíveis. Quis saber, se naquele momento já seria possível, o senhor vereador dizer, daquelas novas habitações, a construir, nomeadamente nos empreendimentos na Quinta da Amizade, A e B, Bela Vista, se naqueles fogos, que o somatório eram cerca de 550, já estava decidido, se já existia essa divisão entre renda apoiada e renda acessível, porque isso fazia muita diferença, especialmente para aqueles que estavam à espera de casa, no tradicional conceito de habitação social.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que os fogos que estavam ali referenciados, eram exclusivamente de renda apoiada, porque o 1.º Direito só aceitava renda apoiada, renda acessível era um programa diferente.

O IHRU tinha terreno urbanizado e urbanizável, que permitia a construção de quase de 4.000 fogos, de renda acessível. O IHRU, ia construir de imediato, já tinham acordado com eles. Tinham um processo em curso muito adiantado 1.200 fogos na zona da Bela Vista, para renda acessível, que não estavam ali registados, visto não caberem naquela proposta. Eram iniciativa e promoção do IHRU, mas integradas na estratégia local de habitação, obrigatoriamente.

O IHRU além desses 1.200 fogos, no território da Bela Vista, somaria mais tarde, cerca de 3.000 fogos. Na Quinta da Parvoíce, onde a Câmara estava a intervir intensamente, já tinham um conjunto de famílias com novas habitações preparadas para ser alojadas e, para iniciar a demolição da Quinta da Parvoíce. A proposta que estava em cima da mesa, era num pequeno lote, que era da Câmara Municipal. Far-se-ia um edifício de renda apoiada, mas a Quinta da Parvoíce, seria no essencial, renda acessível promovida pelo IHRU.

No conjunto, maximizando o potencial do tipo de renda, tinham em cima da mesa qualquer coisa como aqueles quase 600 fogos, de renda apoiada e, tinham um universo que ultrapassava os 4.000, 4.500 fogos de renda acessível. Era o que estava programado, era o que estava pensado, era o que estava a ser tratado como o IHRU.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **11. Deliberação n.º 197/2021 – Proposta n.º 08/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 9/2020 – DRH/DIGAT/GC-AF contra Carla Filipa Afonso da Silva Roberto Marques**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que não ia falar sobre o processo em si, como era hábito não falarem e exporem situações do foro, às vezes, pessoal. Mas tinham a perceção que aquele tinha sido um mandato, pelo menos nos últimos anos, onde tinham havido mais processos disciplinares. Não tinha feito a pesquisa do número de processos, mas a perceção que tinham era essa, era que tinha havido um número mais elevado de processos disciplinares, do que nos outros mandatos.

Entendiam que os processos disciplinares eram um instrumento que existia na lei, na legislação laboral, mas também entendiam que deveriam ser utilizados só em último caso. Concordavam com alguns e, votavam em consonância, haviam outros que não concordavam e, que não viam relevância e, votavam de forma diferente.

**Sra. Presidente** – Disse que não iam discutir o processo, mas ia ser interessante trazerem na próxima reunião, o número de processos disciplinares que num mandato, o Partido Socialista fazia e, o número de processos disciplinares que num mandato eles faziam, para fazerem a comparação, para passarem da perceção aos factos. Ia ser interessante, no momento em que estavam no processo de campanha eleitoral, fazerem esse levantamento.

**Sr. Vice-presidente** – Disse que ia esclarecer, no sentido da preocupação levantada pelo senhor Vereador.

Poderia ter algum fundamento aquela perceção do senhor vereador, ela resultava de um período muito largo de acumulação de processos que tinham ficado congelados, por inação de uma instrutora que tinha acumulado muitos processos sem intervenção. De tal forma que teve que se mover um processo disciplinar, contra a própria instrutora. Tinha havido uma grande quantidade de processos que tinham prescrito por esse facto. Com a mudança de instrutura, tinha havido mais desenvolvimento. Talvez em 2020, tivesse sido o ano em que tinham aparecido mais processos disciplinares, que estavam a ser resolvidos e, de facto, limitados. Na próxima reunião poderiam ver a quantidade de processos que estavam resolvidos e finalizados.

Quanto à oportunidade, não era em primeira nem em última instância que se podiam iniciar processos disciplinares, era quando houvesse uma infração suficiente grave do trabalhador, que fosse justificativa de procedimento disciplinar e ele agora estava muito reduzido e simplificado na lei, e as consequências nem eram muito gravosas. As penas e sanções, dos processos disciplinares, estavam um pouco aligeiradas.

Portanto, não tinha havido exagero nenhum, tinha havido era uma acumulação pelo facto que tinha referido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor (“SIM”), 3 votos contra (“NÃO”) e um voto em branco.

## **12. Deliberação n.º 198/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DOM/DIHAB/SPOM – Aceitação de Doação ao Município, efetuada pela Comissão de Trabalhadores da Volkswagen AutoEuropa Lda.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que realçava a importância daquela doação tendo em conta que a comissão de trabalhadores da Autoeuropa fazia uma recolha de uma doação, pensava que era de 1 euro, dos seus trabalhadores por uma obra social e, todos os anos

entregavam doações a entidades que eles entendiam que tinham projetos relevantes para a comunidade.

Tinham sido contactados pela comissão de trabalhadores da Volkswagen Autoeuropa, que lhes tinham proposto aquela doação, para aquele projeto específico. Equivalia a 10 computadores e outros equipamentos complementares, para apoio às crianças do bairro nas sessões de estudo acompanhado.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **13. Deliberação n.º 199/2021 – Proposta n.º 10/2021 – DAAE/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Vibeiras” ao Município de Setúbal**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **14. Deliberação n.º 200/2021 – Proposta n.º 11/2021 – DAAE/GAPAE – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à Plataforma ODSLocal**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que queria salientar a transversalidade daquela proposta junto dos serviços municipais e das ações que acompanhavam. No fundo, aquilo ia servir para a monitorização de todos aqueles objetivos de desenvolvimento sustentável no concelho de Setúbal.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Parabenzou a senhora Vereadora Carla Guerreira e a sua equipa, que tinha trabalhado naquela proposta. Era mais do que uma simples proposta, era a valorização do extraordinário trabalho dos muitos serviços da câmara municipal e, um olhar ocupado e atento sobre aquilo que era a dinâmica e os desafios que se colocavam aos territórios. Quis valorizar, era mais do que apenas a demonstração da vontade era, também, a capacidade que a câmara municipal, através dos seus diferentes serviços tinha de marcar o presente, de olhar o futuro e, uma demonstração cabal da sua competência e capacidade de terem uma visão estratégica que tinham enquanto câmara municipal.

Deu-lhe os parabéns pela capacidade de ter aglutinado tantos serviços, para construir aquela proposta que lhes tinha trazido ali.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **15. Deliberação n.º 201/2021 – Proposta n.º 63/2021 – DCDJ/DIBIM – Doação de um fragmento de cantaria de antiga fábrica de conservas**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **16. Deliberação n.º 202/2021 – Proposta n.º 64/2021 – DCDJ/DIBIM – Doação de documentos bibliográficos ao Município**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **17. Deliberação n.º 203/2021 – Proposta n.º 65/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2021**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, em 2021, o clube de ténis iria continuar aquilo que tinha sido o seu extraordinário trabalho. Era o clube do ténis do país que mais provas realizava no quadro dos calendários competitivos, nomeadamente em escalões de formação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **18. Deliberação n.º 204/2021 – Proposta n.º 66/2021 – DCDJ/DIDES – Apoios Financeiros aos Programas de Desenvolvimento Desportivo Matriz 2021**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Vereador Pedro Pina** – Disse que como era sabido tinha sido aprovado, naquela câmara municipal, a constituição de uma matriz de apoio ao movimento associativo desportivo. Essa matriz, ao longo dos últimos anos tinha trazido clareza, transparência e um apoio em que todos podiam verificar os critérios pelos quais e, no que dizia respeito àquele apoio em particular, para além de outros, como o que tinham acabado de aprovar, que estava para além da própria matriz, um apoio claro e inequívoco ao desenvolvimento dos nossos clubes, muitos deles movimento associativo da nossa cidade com uma larga tradição.

Frisou que aquela proposta era uma proposta particular, no ano em que era apresentada, porque, como as senhoras e senhores vereadores sabiam, viviam ao longo do último ano e meio um quadro completamente atípico, que contribuía para uma maior facilidade na apresentação das candidaturas por parte dos clubes, considerando que um dos critérios era exatamente os quadros competitivos onde eles estavam inscritos e, por isso mesmo, o número de atletas que estavam inscritos. Aquela proposta tinha aquela particular circunstância de eles, câmara municipal, terem tido aquela atenção de não penalizar clubes, considerando mesmo a ausência de quadro competitivo que não tinha existido na maioria, ou na grande maioria das atividades e das modalidades, e manter aquela preocupação de apoiar numa forma efetiva o desenvolvimento da prática desportiva.

Por isso, tinham sido contemplados aqueles apoios financeiros a cerca de 38 clubes e associações desportivas, um número que tinha vindo a subir e sendo um ano marcado pelas



4

questões do Covid verificava-se, obviamente, uma natural diminuição da pontuação obtida, mas uma manutenção na grande maioria das razões, uma manutenção dos valores atribuídos à maioria das coletividades: “isto é apoiar o nosso movimento associativo, isto é apoiar os nossos clubes com critério, com sentido e ocupação da realidade e do desenvolvimento, deixando sempre aquele sinal claro, a par de outros apoios que também ali tinham trazido, de que aquela era a forma com que entendiam que melhor correspondia às necessidades dos clubes, numa relação estreita, aberta, cuidada e não de favor, nem de achismos ou de circunstâncias pontuais.

Valorizou também, pela parte dos serviços, aquele trabalho extraordinário. Não era fácil recolher todos os documentos, ajudar muitos dos clubes a concretizar muitas das suas candidaturas, mas uma vez mais um apoio, um apoio que lhes parecia expressivo, mesmo nas circunstâncias em que viviam, manter aquela vontade de que a prática desportiva volte, tanto quanto possível, o mais rapidamente possível à normalidade mesmo independentemente dos quadros competitivos, o desenvolvimento das atividades, sobretudo para os mais jovens era fundamental, para a qualidade de vida que tanto era precisa.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 205/2021 – Proposta n.º 12/2021 – DES/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato-programa – Ano Letivo 2018/2019**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que nos acertos e atualizações feitas relativamente àquele programa da generalização do fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico havia a possibilidade de acrescentar adendas ao contrato de programa, para assegurar a atualização dos valores.

As adendas tinham sempre que ser realizadas a posteriori, na confirmação dos comprovativos da execução daquelas verbas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 206/2021 – Proposta n.º 13/2021 – DES/DIAPE – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Adenda ao Contrato-programa – Ano Letivo 2019/2020**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



### C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que estava ali porque já estava inscrita havia muito tempo para habitação e até àquele momento não tinha tido resposta. Tinha passado muita gente à sua frente e gostaria de saber porque é que, até àquele momento, não tinha casa. Estava à espera de uma casa. Tinha uma ordem de despejo, tinha crianças e não tinha casa. Já estava inscrita havia muito tempo. Cada vez a colocavam mais para baixo e outras pessoas iam passando à sua frente. Não lhe dissessem que não havia casas porque sabia que havia muitas casas. Na Praça do Brasil havia duas. Não estava a pedir uma casa nova, mesmo que tivesse que a arranjar não se importava. Queria era um sítio para morar com os seus filhos.

**Sra. Presidente** – Disse que havia centenas de pessoas inscritas na Câmara. Não podia dizer se o caso era prioritário ou não, não tinha ali os processos. O senhor Vereador Carlos Rabaçal é que era o vereador da área. Havia critérios e regras. Ele e os técnicos é que avaliavam as candidaturas.

Quando uma casa estava fechada e não viam lá pessoas não queria dizer que as pessoas não tivessem a casa, que não fosse delas. As casas podiam não ter lá alguém dentro porque tinha acontecido qualquer coisa a essa pessoa. Não queria dizer que a casa estivesse desocupada.

Sabiam quando as casas estavam desocupadas e, imediatamente, haviam pessoas que estavam na lista das prioridades e entravam. Podia entrar muita gente à sua frente, porque isso queria dizer que havia pessoas que estavam piores. Havia muita gente com ordem de despejo, não era a única.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que conhecia uma vizinha da sua rua que se tinha metido numa casa, a Câmara tinha ido arranjar e estava à espera de outra da Câmara.

**Sra. Presidente** – Disse que não ia discutir isso ali. Tinha que ir pedir uma reunião com o Vereador Carlos Rabaçal, porque não conhecia os processos. Tinha que ser com ele. Ali, não tinham processos, não tinham forma de dizer em que lugar estaria, qual seria a prioridade. Uma coisa sabia, não havia casas. Se houvesse casas, muitas casas, não estariam a ir concorrer para fazer essas casas.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que havia muitas casas, mesmo.

**Sra. Presidente** – Disse que iria ter que provar onde é que essas casas estavam.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que, pelo menos, de duas dava o nome, a morada e tudo. Não tinha ali, mas dava.

**Sra. Presidente** – Disse que poderia dar ao vereador. Teria que ir ao Edifício Sado, pedia uma reunião com o vereador e teria que explicar tudo do seu processo. Ali, não tinham condições para dar essas respostas.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que, cada vez que lá ia, nunca tinha resposta.

**Sra. Presidente** – Disse que ali também não davam. Não tinha ali os processos. Não davam ali essas respostas. Essas respostas tinham que ser dadas pelos serviços.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que tinha chegado a mandar uma carta para a Sra. Presidente, mas também nunca tinha tido resposta.

4

**Sra. Presidente** – Disse que, como podia imaginar, vinham coisas para ela às centenas, senão aos milhares, por dia. As cartas não iam para a sua mesa diretamente, iam para os serviços da correspondência. Depois, eles selecionavam por áreas, por temas, e mandavam para cada serviço.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que quem tivesse cunhas dentro da Câmara mais rápido seria resolvido.

**Sra. Presidente** – Disse que não dissesse mais nada, para não arranjar problemas porque, depois, tinha que provar e era uma chatice.

**Sra. Ana Cristina Delabona** – Disse que essa era a verdade.

**Sra. Presidente** – Disse que estava a pedir-lhe para reunir com o vereador. Reunia com o Vereador Carlos Rabaçal. Se ele a quisesse atender no fim era com ele, ou, então, marcava-lhe um dia para a atender. Era melhor.

**Sr. Augusto Cruz** – Fez a seguinte intervenção: *“Como é fundamental, pretendo que isto seja gravado, porque é para ir para o Tribunal Internacional.*

*Nós vivemos numa autêntica época cujo materialismo é suportado pelo inegável estudo do nada, onde o próprio papalvo é um povo que não há meio de se liberar, encerra-se em casas viciosas onde criam as suas próprias barreiras, onde o impossível é um constante paraíso para a própria monstruosidade, fundamentalmente na justiça deste tribunal aqui de Setúbal, onde, pelo menos, eu fui vítima, aparentemente, porque nunca me calei, de uma total paranoia acrescida de uma fantochada de atitudes miseráveis, pondo em causa, lamentavelmente, o meu bom nome de sempre, ocorrido nos processos variados, fundamentalmente, 4041, etc, etc, perante o Ministério Público, registado a 10/1/2018 e carimbado, onde foi enviado para o famoso asqueroso advogado Paulo Lopes Rodrigues, carta registada com aviso de receção, motivo dessa missiva foi a resposta total ao próprio abuso de me ter furtado documentos correspondentes ao processo e não só.*

*Inclusive, demonstrou uma análise pessoal, ao salientar que eu corria perigo de vida. Isto prova a própria moralidade existente neste famoso tribunal. Aliás, são vários artigos. No diálogo único com a devida ameaça individual, deu-me para olhar diretamente para o mesmo indivíduo, tendo ficado totalmente surpreendido. Somente olhei para ele ou mesmo levantei-me repentinamente, ficando o mesmo surpreendido, também.*

*Contudo, no dia seguinte, entrei em contacto com o mesmo, unicamente frisei-lhe de que me tinha furtado documentos. Portanto, frisei-lhe para mos devolver. Desligou, perante o seu porte educacional, mas acontece é que o comportamento descrito foi a sua plena atitude miserável, que me fizeram pensar de que eu sou aquilo que não sou, minimamente, porque lhes falta a própria personalidade e, fundamentalmente, a própria ambição.*

*Isto só acontece na própria jurisdição nacional deste próprio paraíso totalmente atrasador, cuja mortalidade é a própria denegação demonstrativa em que se apresenta, cuja glorificação nos países civilizados esta ocorrência era somente apresentada a quem de direito. Após exames, era totalmente demitido, cujo processo ia até às últimas consequências, devidamente apreendidas e com a quem de direito, conquanto que à própria miséria moral só acontece quando o próprio representa os factos pré concebidos, que, ao mesmo tempo, representa-se a si próprio. É a própria justiça totalmente adequada.*

*E devo acrescentar de que o próprio processo 4041 era o que anteriormente representava. Agora, com os próprios malabarismos efetuados, passam a ser com nova demonstração fraudulenta. E, como este tribunal trabalha demasiadamente miserável demais, as pessoas tornam-se autênticos joguetes nestes abusos, pondo a própria dignidade em acréscimo em relação aos seus verdadeiros direitos. É uma fachada de miséria moral acrescida e, ao mesmo tempo, totalmente irresponsável.*

*Antigamente, havia uma organização de homens e mulheres onde se instruíam os métodos revolucionários, de nome Carbonária. Ainda assim, conseguiram alguns êxitos meritórios, em que abriu as portas ao 25 de Abril.*

*Aqui, apresentam uma forma homologada perante uma desistência que não apresentei, nos termos do artigo 116.º do Código de Processo Penal, e, ainda por cima, determinado arquivamento nos autos, ao abrigo do disposto no artigo 277.º, não sei como. Há a homologação e a desistência não existiu. A queixa nos termos do artigo 106.º do CPP também não existiu e, portanto, há uma determinação de arquivarem os processos à revelia, baseada no artigo 277.º, sem a minha autorização. Portanto, e, ainda por cima, descobri agora que a prescrição do processo criminal termina a 3/9/23.*

*Portanto, é para ver a lamentação que este tribunal precisa de uma auditoria, tal como já tenho pedido várias vezes. Obrigado.”*

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que estava farto de andar a tratar da situação por causa de uma habitação e era por isso que se encontrava ali. Já tinha tratado várias vezes do processo e ninguém lhe dava resposta.

Tinha vivido durante 6 anos na casa da sua avó, que já tinha falecido, e tinha havido alguém que tinha ligado para o seu tio e tinham-no tirado lá de casa. Tinha duas crianças e a sua esposa estava grávida de 6 meses. Entretanto, a Câmara tinha ido lá e tinham-no tirado de lá para fora. Achava que isso não se podia fazer, mas, pronto, enfim...

Estava inscrito na Câmara e tinha ali muitos processos e muitas coisas a justificar que os seus filhos tinham pele atópica. Tinha a sua filha com eczema e tinha ali tudo o que era da saúde dos seus filhos.

Outra situação era que tinha estado a viver dentro da carrinha durante 4 meses e, naquele momento, estava a viver em frente às piscinas, numa horta. Naquele dia, nem ele nem os seus filhos tinham lá morrido por acaso, porque tinha havido lá um fogo, e, por sorte, tinha havido alguém que o tinha ido acordar. Tinham-lhe entrado por dentro de casa e tinham-no tirado de lá, a ele e aos seus filhos. Tinha sido momentos antes e tinha vindo à reunião.

Achava que ali não dava para viver. Havia 10 anos que estava inscrito na Câmara, andava a seguir tudo, os caminhos todos. Nunca tinha ido ali, era a primeira vez, e não sabia o que havia de fazer mais, porque não tinha condições. Viviam numa horta, tinha um com 3 anos, uma filha com 4 e sua mulher estava grávida. Aquilo não tinha água nem luz.

Já não sabia o que fazer. Naquele dia, como aquilo tinha ardidado tudo, ia viver na carrinha. Queria pedir, também, e queria saber, como é que na Câmara, na parte da habitação - já estava inscrito havia 10 anos e tinha 29 anos -, não sabia como é que havia famílias, por fora - e tinha testemunhas -, como é que um casal com 18 anos, que só se podia inscrever na Câmara a partir dos 18 anos, como é que, aos 18 anos, tinha apanhado uma habitação.

**Sra. Presidente** – Disse que não sabia responder a isso. Respondia-lhe, exatamente, o que tinha dito à Sra. Ana. Tinha que ir ao setor da habitação, porque ali não lhe podia dar resposta.

**Sra. José Carlos Fernandes** – Disse que tinha muita papelada, tinha muita coisa.

**Sra. Presidente** – Disse que podia ter, mas, se não houvesse casas, não podiam inventá-las.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que tinha ouvido o que a Sra. Presidente tinha dito à sua colega. O seu pai era da Bela Vista, a sua mulher estava grávida de 6 meses, e, no local onde estava a viver, havia todo o tipo de bichos. Quando a sua filha nascesse - iria nascer no dia 5 de outubro -, a sua esposa não iria estar a dar-lhe leite materno na barraca. Só estava a falar o que era correto, não estava a mentir em nada.

**Sra. Presidente** – Disse que, se não houvesse casa, como é que queria resolver isso?



5

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que o que sabia era que havia casas da Câmara que estavam vazias. Pedia desculpa por estar a falar assim, mas sabia que havia casas vazias e havia muitas que estavam seladas em tijolo. Eram casas que estavam a apodrecer. Se fosse arrombar uma porta dessas, como muitos colegas seus faziam, a sua inscrição na Câmara acabava. O que é que fazia?

**Sra. Presidente** – Disse que não sabia o que poderia fazer. Naquele momento, não podia dizer nada, não lhe podia responder. O que lhe poderia dizer era que teria que ir falar com o Vereador Carlos Rabaçal, se ele quisesse falar no final. Ele é que sabia se queria falar ou se queria marcar.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que achava que não valia a pena.

**Sra. Presidente** – Disse que não lhe podia dizer nada. O que lhe podia dizer era que, nessas casas que estavam fechadas e não tinham pessoas, havia pessoas que estavam presas, como sabia. Se estavam presas, não estava lá ninguém, mas não tinham o direito de lhes tirar a casa. Se as pessoas estavam doentes e não estavam lá por qualquer razão, se tinha havido alguma pessoa que tinha emigrado, ou ia emigrar, quando chegasse não tinha casa. Havia várias situações. As casas que estavam vazias não estavam vazias. Podia não estar lá alguém mas haver uma situação, uma razão para elas estarem sem alguém lá dentro. Quando havia condições para tirarem as casas a essas pessoas tiravam. Quando não havia não podiam fazê-lo.

O munícipe tinha visto o processo que tinham trazido à Câmara, para fazer casas novas. Iriam vamos fazer casas novas. Era uma urgência, havia muita gente muito mal, à espera de casas havia muito tempo. Tinham que fazer estas casas novas.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que era impressionante como é que tinha havido esse rapaz, que ele conhecia, que tinha apanhado uma casa com 18 anos. Isso era impressionante. Com 18 anos, tinha-se inscrito e tinha apanhado uma habitação?

**Sra. Presidente** – Disse que não estava a duvidar, mas acha que havia qualquer coisa que não estava bem contada. O Sr. José Fernandes falava com o vereador, porque não adiantava muito, não iria resolver.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que iria esperar.

**Sra. Presidente** – Disse que iriam fazer casas. Já tinham sofrido tanto, mas não queria dizer que não aparecesse uma casa, porque já tinham atribuído uma data de casas.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que sabia disso. A maioria dos seus primos, com 18/19 anos... Naquele momento, tinha outro, o Rúben, que tinha apanhado uma casa no Bairro Afonso Costa. Não sabia como é que tinha apanhado, ele tinha-se inscrito havia pouco tempo.

**Sra. Presidente** – Disse que não era assim, não era *"tinha apanhado uma casa."* Não era uma pessoa que estivesse saudável ou que não tivesse um processo muito complicado que apanhava, assim, uma casa. Não era assim, mas o vereador iria dar-lhe a resposta.

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que, então, queria falar com o vereador.

**Sra. Presidente** – Disse que o vereador iria responde, mas, depois, no fim, falaria com ele na mesma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que queria que ficasse registado a seguinte intervenção:

*“As casas da câmara quando ficam devolutas, são atribuídas de acordo com critérios que a lei obriga. Esses critérios levam a um ordenamento das candidaturas para T1, para T2, para T3, para T4. De cada vez que aparecem novas candidaturas, volta-se a analisar o ordenamento, o que quer dizer que, alguém está em 1.º lugar, em 2.º, em 3.º, em 4.º e em 5.º e, num dado momento o 5.º pode passar para 6.º ou pode passar para 2.º ou para 3.º, depende do andamento da própria lista. É uma atualização permanente.*

*Agora o que está a acontecer habitualmente é que uma pessoa que está em 1.º, 2.º, ou 3.º, alguns ficam exasperados e querem casa amanhã. Noutros casos, quem está em 10.º ou 50.º, está em desacordo porque acha que tem direito a ter casa primeiro que os outros.*

*Não sei qual é o seu ordenamento? Deve saber qual é a tipologia da casa que pediu e qual é a sua ordem na lista. Sabe a sua ordem na lista?”*

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que tinha falado, naquele dia, com a Dra. Carmen e com a Dra. Raquel e tinha iniciado o seu processo com 34 pessoas e no presente dia tinha 84 pessoas à sua frente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Continuou a sua intervenção:

*“Nós iniciamos esta lista com a nova lei com 700, estamos em 1.300. A sua posição pode melhorar ou pode piorar, de acordo com as pessoas que vão aparecendo a pedir casa. Portanto, é assim que funciona a lei e nós não podemos fazer milagres. Se eu fizer, uma coisa que é dizer: ok o Zé é um tipo que tem problemas, vamos pô-lo à frente. Não posso, porque a pessoa que está nessa posição, reclama e ganha, vai para tribunal e ganha. Isso não é assim que funciona.*

*O problema é não haver casas, não é os ordenamentos.*

*Outra questão que quero colocar, e tem que ficar clara que é a seguinte: 40% dos fogos, são privados. Nós não temos nada que ver com os fogos privados dos bairros. Os senhores estão lá, não estão lá, alugam, vão de férias, estão no estrangeiro, vão trabalhar... nós não temos que ver com esse assunto. Temos que ver, em termos da harmonia do funcionamento dos prédios, mas com a casa da pessoa concreta, não temos nada que ver.*

*Habitualmente vêem-nos falar de casas que estão devolutas, são de privados. Nós temos casas que por vezes estão devolutas à espera que a pessoa a quem foi atribuída a ocupe. E temos emparedadas, de 8 a 10 casas, não sei quantas são exatamente, que são casas que estão à espera de obras profundas, que não se pode lá viver. E nós não atribuímos casas onde não se pode viver.*

*Portanto, não vale a pena discutir esse assunto assim: está emparedado e tal... Por exemplo, há casas na Bela Vista, temos 3 casas, que são no rés-do-chão, abaixo do nível do esgoto, que cada vez que há um problema no esgoto inunda a casa, mas vamos por pessoas aí? Nem pensar, o que vamos fazer é uma obra importante, tem que ser feita no exterior, nos esgotos e depois vamos então entregar essas casas outra vez.*

*O trabalho dos serviços de habitação é um trabalho muito sério, praticamente ninguém deixa de ser recebido. É explicado, é informado, uma vez, duas vezes, três, porque o pessoal insiste muito. Agora o que é que acontece, o pessoal vem aqui à reunião de câmara, pedir a resposta, que os serviços não lhe podem dar, que é: ok é para a semana, não podem dar essa resposta. Depois cada situação vai evoluindo, e a posição na lista vai evoluindo de acordo com a situação da pessoa. Portanto, se a sua situação mudou, o que tem que fazer é ir já a correr amanhã à habitação, expor essa mudança de situação. E vai-se avaliar em função dessa mudança de situação, qual é o posicionamento na lista. É assim que funciona tudo e se houver dúvidas, escusa de ficar com dúvidas na cabeça, qualquer dúvida que tenha, porque é que se deu àquele e não se deu ao outro, vai-se lá e explica-se tudo direitinho, é tudo transparente não há cá confusões.*

*Portanto, não vale a pena dar a ideia que há uns passam à frente, e o problema não é saber se é mais velho, se é mais novo, se está há mais anos, se está à menos anos, a lei não diz*

*nada disso, não refere os tempos de pedido, nós é que introduzimos, em caso de empate o tempo de pedido, mas o tempo de pedido não vem na lei. Pode uma pessoa que tem uma situação dramática, pode receber numa semana, quinze dias ou um mês e outra pessoa estar há 10 anos e não receber. Portanto, é um problema da lei e nós temos que trabalhar com ela. E a única forma que temos é essa, e você sabe perfeitamente se nós furamos a lei caem-nos em cima centenas de pessoas, você sabe isso, perfeitamente. Agora a questão centrar, como que disse a senhora Presidente, é que não há casas. E as poucas que há muito disputadas, e uma coisa que por vezes é um pouco triste, é que pessoas com muitas dificuldades, às vezes colocam-se contra outras pessoas com as mesmas, ou semelhantes, ou até mais, numa luta por conseguir uma casa e até fazendo acusações um bocado estranhas, etc. Não vale a pena.*

*O processo, na habitação é muito transparente, a Dra. Raquel recebe toda a gente, recebe de uma forma impressionante, até o seu pai tem o telefone pessoal dela, liga para ela quando quer e esclarece os seus problemas, etc. está à vontade, nós não temos nenhum problema e os nossos técnicos também.*

*Uma coisa são os processos de atribuição de casa e as regras de atribuição, outra coisa é nos termos que arranjar uma casa amanhã porque apareceu uma pessoa que tem um problema para amanhã.*

*Essa questão do incendio, o melhor é dirigir-se à Segurança Social, que arranja soluções de alojamento temporário, para situações de catástrofe, outras situações desse género. A Segurança Social é obrigada a resolver esse problema. Agora nós casa permanente, não temos neste momento. Temos a lista, vou consultar a lista, vou consultar a lista, no seu caso você já disse, e há razões para que seja assim. Você sabe as ponderações, nós explicamos, o que é que é ponderado, quanto valores tem cada ponderação, etc. Depois dá uma soma e dá uma posição de lista, que é uma forma de trabalhar, se não, não conseguimos trabalhar.*

*É o que lhe posso dizer agora, podemos depois marcar, fico aqui com o seu telefone, com o seu e com o da senhora, vou agendar uma conversa com um e com outro, com o técnico que apoia o trabalho, com o dossier à frente, para explicar tudo direitinho.*

**Sr. José Carlos Fernandes** – Disse que no dia anterior tinha enviado o email, tinha ido buscar os exames todos ao Barreiro e tinha ido tirar fotografias, da barraca e das coisas para entregar. Já que estava ali com o senhor Vereador, se quisesse fazer o favor, para lhe fazer marcação, assim era mais fácil.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que marcava para a próxima semana.

**Sra. Presidente** – Disse que o senhor vereador quando tinha dito que havia ali casas privadas e não podiam tocar nas casas, era porque elas eram mesmo privadas, porque haviam casas que já estavam vendidas. Nem sequer a câmara podia tocar nelas.

Porque mesmo estando nos chamados bairros sociais, agora eram chamados bairros públicos de habitação, por exemplo na Bela Vista, mais de 60% daquelas casas, já não eram da câmara. Eram propriedade privada. As pessoas compravam aquelas casas, podiam ver a casa vazia, mas as pessoas faziam o que queriam da casa, eles não podiam dizer que a casa estava vazia...desde que a pessoa a tivesse comprado já não podiam tocar na casa. Só tocavam nas casas que eram da câmara e, mesmo aquelas que o senhor vereador estava a falar, o senhor José Carlos Fernandes sabia que haviam algumas que o esgoto estava sempre a rebentar. Tinham conseguido entregar algumas e tinha havido condições para as pessoas recuperarem as casas, às vezes ao nível do 1.º andar, eles tinham ajudado, agora aquelas que estavam lá para baixo e que o esgoto estava sempre a rebentar, nessas não podia lá viver ninguém. Mas essas também iam ser intervencionadas. Na Estratégia Local de Habitação, essas que precisam de ser arranjadas também iam ser intervencionadas. Estavam a falar de esgoto, mas não era uma coisa pequena, às vezes eram colunas inteiras, que ultrapassavam aqueles lotes enormes, tinha que se mexer numa conduta, tinha que se dar a volta porque não dava só para arranjar uma casa, aquilo tinha que ser tudo levantado. E

naquele projeto que tinham ali, também essas iam ser reabilitadas e iam ser construídas novas. Queriam que fosse o mais rápido possível, porque o dinheiro estava a chegar e pensava que por aí não iam ter problemas. Os lotes também já lá estavam. Tinham feito protocolos com o IHRU, no âmbito daquilo que eles iam construir, nos disponibilizarem lotes, para renda apoiada, em contrapartida de não pagarem taxas.

Era só mais um bocadinho de sacrifício, sabia que era fácil pedir, para quem não precisava de fazer esse sacrifício, tinha consciência disso, mas não lhe podia dizer outra coisa. Tinha a consciência do que passavam e muito, *“só quem estava dentro do convento é que sabia o que lá estava dentro”*.

Em relação ao que se tinha passado, naquele dia, em relação ao incêndio, achava que deveriam ir à Segurança Social, eles eram obrigados a pagarem uma renda numa pensão, ou noutra sítio, para as pessoas ficarem alojadas até terem um teto. Isso estava na lei, não era precisar de uma casa para viver sempre, era temporariamente, eles eram obrigados a ceder isso.

Entretanto o senhor vereador ia marcar a reunião com os senhores.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e cinquenta e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 11 de agosto de 2021, por unanimidade, contém 29 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico